# MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A REGIÃO NORTE DE MINAS

Anete Marília Pereira\*

Minas é a montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência (...). Ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão de encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas. (Ave, Palavra!, Guimarães Rosa)

**Resumo:** O artigo apresentado tem por objetivo propor uma reflexão sobre algumas características geográficas da mesorregião Norte de Minas. Para atingir tal objetivo, estruturamos o texto a partir de uma breve discussão sobre a região e as diferentes formas de regionalização do estado de Minas Gerais. Em seguida, procedemos a caracterização da região sob o ponto de vista físico e socioeconômico, utilizando mapas, tabelas, quadros e fotografias. Parte de uma mesa de discussão sobre a região norte-mineira, o texto tenta apenas suscitar alguns apontamentos para posterior debate, não esgotando o assunto.

Palavras-chave: região - regionalização - Norte de Minas

# Considerações iniciais

O tema dessa mesa é amplo, complexo e, por isso mesmo, permite múltiplas interpretações. Entretanto, o tempo que nos foi destinado vai na contramão do tema, é limitado e não nos possibilita divagar muito, nem apresentar o nosso ponto de vista

<sup>\*</sup> Professora do Departamento de Geociências da UNIMONTES e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – Bolsista da FAPEMIG.

com o adequado aprofundamento teórico. Assim, tentaremos explorar a região Norte de Minas a partir de uma abordagem mais geográfica, sem delegar a um plano secundário os demais enfoques. Antes de iniciarmos, gostaríamos de externar os nossos agradecimentos à comissão organizadora desse evento e cumprimentar os colegas de mesa, cujo diálogo representa para nós, um grande prazer.

## Região e regionalização: uma breve contextualização do discurso

Tratar do tema regional representa, na atualidade, um grande desafio. Em primeiro lugar, pela dificuldade em utilizar, de forma precisa, um conceito de região que dê conta de explicar a multiplicidade de fenômenos que caracteriza a sociedade contemporânea. Há defensores como Lencione (1999), Corrêa (1987; 2001) Castro (1992; 1993; 2002), Bezzi (2004), Haesbaert (1999; 2004), dentre outros, de que o estudo regional é importante, mesmo em tempos de globalização, uma vez que este processo não elimina as diferenças regionais, em certos casos até as intensifica. Em segundo lugar, o termo região é permeado pela polissemia e ambigüidade, bem como pelos usos distintos que ele faculta. Há o entendimento da região como unidade de gestão, de controle político, de planejamento, de administração. A região também é interpretada associada à idéia de localização de um dado fenômeno, sentido este muito usado na linguagem do senso comum. A localização de uma área submetida a determinado domínio é outro sentido com o qual o termo região pode ser utilizado e, ainda, como uma entidade espacial de escala mediana, uma parte entre o local e o global.

Como já mencionamos em outro momento desse evento, o conceito da região, utilizado pela Geografia, passou por várias mudanças ao longo da evolução do pensamento geográfico, pois cada corrente paradigmática dessa ciência possui a sua concepção do que é região. Procuramos aqui, entender a região enquanto produto de processos políticos, econômicos, sociais e culturais, constituindo importante meio para explicar diferentes padrões de organização espacial.

Feitas essas considerações, começamos parafraseando Guimarães Rosa quando este afirma que "Minas são muitas". Na verdade, este é um estado marcado pela diversidade de suas regiões, que se expressa em suas características sociais, culturais e econômicas. Dada essa diversidade, fica difícil falar do espaço mineiro e de seus 853 municípios, sem considerar alguma forma de divisão regional.

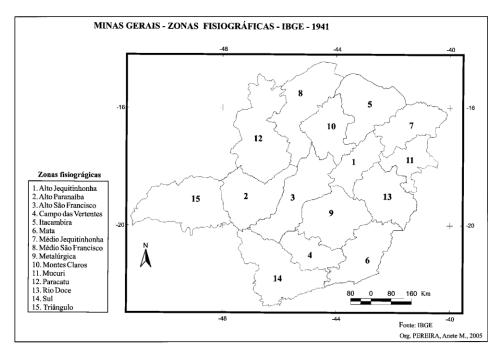
O estado de Minas apresenta uma longa história de divisão espacial que remonta ao período colonial, quando a diferenciação que se fazia era norteada pelas marcas da paisagem natural, pelas diferenças entre os "matos" e os "campos" ou entre as "minas" e os "sertões". Com o passar do tempo e o desenvolvimento da Geografia, inúmeras foram as divisões regionais feitas neste estado, justificadas tanto por sua gran-

de extensão territorial, como pela diversidade fisiográfica e socioeconômica que apresenta. O Norte de Minas, inicialmente identificado como "sertão", constitui uma das regiões mais singulares de Minas Gerais, seja pela sua localização geográfica, pelos problemas que apresenta ou ainda, pelos diferentes discursos políticos e socioeconômicos que a ela fazem referência.

Buscamos na história alguns pressupostos necessários à nossa análise. No século XX, notadamente na década de 1940, encontramos o primeiro ciclo de estudos de regionalização do território brasileiro, elaborados e editados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE<sup>1</sup>. Nessa época, a divisão regional do país foi institucionalizada em duas escalas: uma macro, que deu origem às grandes regiões, e uma menor, que produziu a divisão em zonas fisiográficas. A influência do conceito de região, defendido pela escola francesa, ficou bastante evidente nessa primeira regionalização oficial do país, que tinha como objetivo atender a diversos fins, como o didático, o estatístico e o da Administração Pública. De acordo com Diniz e Batella (2005, p.4), a divisão em zonas fisiográficas, fundamentada em aspectos humanos e econômicos, "serviu de base às estatísticas econômica e social referentes aos censos de 1950 e 1960". As zonas fisiográficas foram estabelecidas pela Resolução 143 de 6 de julho de 1945 e foram utilizadas até aproximadamente a década de 1970 quando serviram de base para a criação das microrregiões homogêneas. Segundo essa divisão, o estado de Minas foi recortado em 17 regiões fisiográficas, conforme exposto no mapa cinco. Sua porção norte, área de nosso interesse, encontrava-se dividida em três zonas fisiográficas: a de Montes Claros, a de Itacambira e a do Médio São Francisco. Essa regionalização é, na atualidade, pouco utilizada, uma vez que seus pressupostos já não são suficientes para explicar as diferenças regionais.

A zona de Montes Claros, a de Itacambira e a do Médio São Francisco são muito semelhantes em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e também culturais. Cabe ressaltar que importantes estudos geográficos, que possibilitaram o conhecimento de Minas Gerias, foram feitos a partir dessa regionalização, daí a sua relevância.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Antes da criação do IBGE, em 1938, as informações e estatísticas sobre o território nacional ficavam sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE), implantado em 1936. O IBGE, criado com o objetivo de subsidiar a intervenção panificadora do Estado, atuava como órgão deliberativo e executivo, subordinado diretamente à Presidência da República.

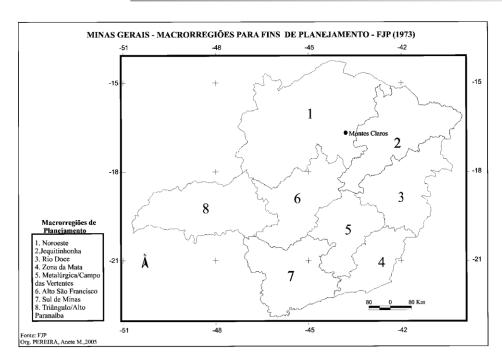


Mapa 1 - Regiões Fisiográficas do Estado de Minas Gerais

Em 1973, com o objetivo de subsidiar o planejamento do desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais, foi feita uma divisão regional em oito grandes regiões, tendo por base alguns critérios, pautados nas idéias da economia regional, que buscavam integrar os aspectos econômicos institucionais aos geográficos. Os critérios de divisão considerados relevantes foram

a funcionalidade dentro de uma estratégia de desenvolvimento, que cada região apresentasse características próprias de potencialidades, problemática e tipo de vinculação com outras áreas; capacidade potencial para integrar-se economicamente e a presença de fatores de caráter institucional. (Minas Gerais, 1973, p. 1).

Nessa divisão, Montes Claros está localizada na macrorregião Noroeste (mapa 2), a de maior extensão territorial e que abrange municípios com uma grande variedade de características, tanto fisiográficas, quanto sociais. Além disso, são diversas as diferenças culturais, econômicas e ambientais verificadas nessa área. Entretanto, tal regionalização foi apresentada em função, não da realidade da época, mas de uma perspectiva de potencialidades econômicas futuras.

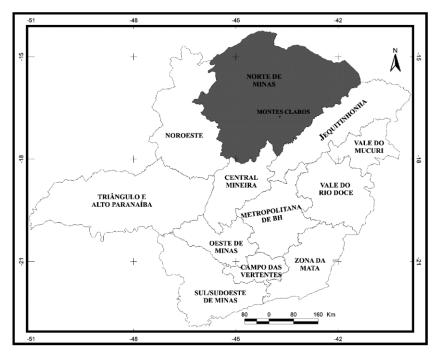


Mapa 2 - Macrorregiões para fins de planejamento do Estado de Minas Gerais

As divisões em mesorregiões e microrregiões foram adotadas pelo IBGE, de acordo com a Resolução PR Nº 11, de 05 de junho de 1990. Ambas respeitam os limites político-administrativos estaduais e municipais e apresentam, como objetivo central, a compilação e divulgação de dados estatísticos. Na definição do IBGE (1980, p. 8), a mesorregião é

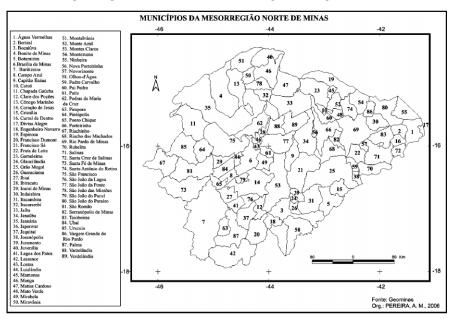
uma área individualizada, em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial.

De acordo com essa classificação, havia em Minas Gerais 12 mesorregiões, conforme destacado no mapa 3.



Mapa 3-Localização da mesorregião Norte de Minas no estado de Minas Gerais

A mesorregião Norte de Minas é a maior do estado em extensão territorial (128.602 km²), sendo composta por oitenta e nove municípios (mapa 4).



Mapa 4 - Municípios do Norte de Minas Gerais

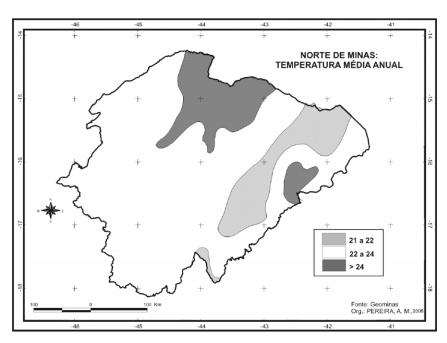
O Norte de Minas tem como uma das suas características mais marcantes o fato de localizar-se numa área de transição, tanto do ponto de vista físico, como socioeconômico.

# Caracterizando a região Norte de Minas

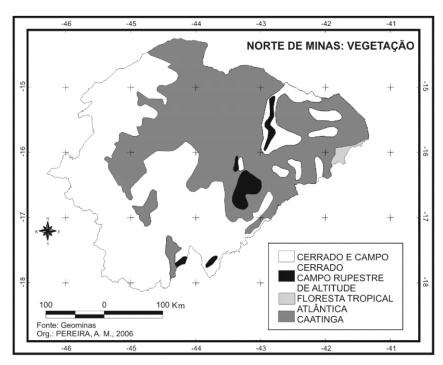
Do ponto de vista fisiográfico, a região Norte de Minas se caracteriza como uma área de transição do clima tropical semi-úmido para o semi-árido e da vegetação de cerrado para a de caatinga. Para a FJP (1975, p. 15),

as características de uma região de transição também são encontradas na sua organização espacial e nos padrões de assentamento em que se estruturou. Grande parte da área, povoada em decorrência da expansão dos currais, que subindo o vale do rio São Francisco, vieram a ocupar as grandes extensões dos Gerais, apresenta sua ligação com o nordeste na origem do povoamento e na forma de ocupação então implantada.

Ainda nessa questão, Gervaise (1975) considera que "o norte de minas apresenta talvez o mais espetacular dualismo do Estado, a imagem de dinamismo se superpõe a uma tradição de atraso que caracteriza toda a metade norte do Estado". Essa transição pode ser verificada nos mapas 4 e 5 que mostram as médias de temperaturas anuais e a vegetação, respectivamente. O clima predominante na região, de acordo com a classificação de Köppen, corresponde aos tipos Aw (tropical úmido de savanas com invernos secos) e o Bsw (quente, seco, com chuvas de verão). Toda a mesorregião fez parte da área da SUDENE, apesar de não ser caracterizada pelo predomínio do clima semi-árido. As médias anuais de temperatura são elevadas em quase toda a região, sofrendo uma pequena redução nas áreas mais altas do Espinhaço. Quanto à vegetação, mostrada no mapa 5, o cerrado é encontrado, com maior freqüência, nas porções oeste e centro-sul da região, aparecendo em manchas na porção leste, enquanto a caatinga predomina na porção centro-norte. Nos trechos da Serra do Espinhaço surgem os campos rupestres de altitude. É importante lembrar que, por se tratar de uma área de transição, apresenta certa fragilidade ambiental.



Mapa 4- Norte de Minas: Temperatura média anual

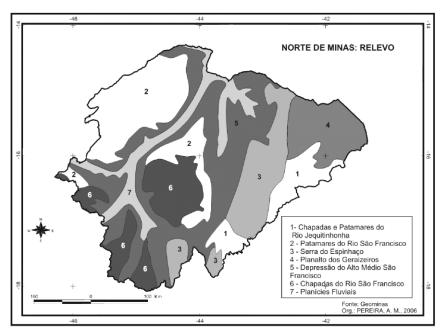


Mapa 5 - Norte de Minas: Vegetação

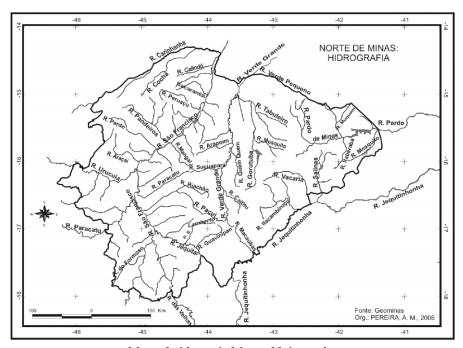
Os mapas do relevo (mapa 6) e da hidrografia (mapa 7) deixam claro, a divisão entre as bacias hidrográficas do São Francisco e do Jequitinhonha. A região está localizada numa área de terrenos antigos, já bastante desgastados por processos erosivos. O relevo da porção oeste do São Francisco caracteriza-se pela presença de superfícies de aplainamento conservadas, cuja evolução está relacionada com processos de denudação periférica, realizados pela drenagem do rio. Nessa área, o planalto aparece em forma de "chapadões", podendo-se encontrar onduladas e colinas arredondadas. Cabe ressaltar que os patamares e as chapadas São Francisco, bem como a depressão do São Francisco possuem coberturas sedimentares ou metassedimentares do rio. Já a área de planície fluvial possui depósitos sedimentares inconsolidados terciários e/ou quaternários.

Na depressão do São Francisco, o calcário predomina, com suas formas específicas: dolinas, vales secos, drenagem subterrânea e grutas, como ocorre em torno de Januária, Itacarambi e Jaíba. Já a região de Grão Mogol é marcada pela presença da Serra do Espinhaço, formada por quartzitos e arenitos da série Itacolomi e numerosos conglomerados, distribuídos pelas encostas.

As bacias hidrográficas mais importantes, que drenam a região, são a do São Francisco e a do Jequitinhonha, além da bacia do Rio Pardo. Vários dos afluentes dessas bacias possuem como característica a intermitência durante o período das secas que, periodicamente, assolam a região. No mapa hidrográfico, deixamos sem denominação córregos e riachos, dada a escala do mapa.



Mapa 5 - Norte de Minas: Relevo



Mapa 6 - Norte de Minas: Hidrografia

Essa breve caracterização do meio físico torna-se relevante para compreender a situação demográfica e a condição socioeconômica, bem como as políticas públicas voltadas para os problemas da região.

### Caracterizando o urbano e o rural: aspectos socioeconômicos

Quanto aos aspectos demográficos, o censo 2000 (IBGE) registrou aproximadamente 1.492.715 habitantes no Norte de Minas, população que se encontra distribuída de forma irregular pelo território. A densidade demográfica é de 11,6 hab/km², média bem inferior à brasileira, que é de 19,92 hab/km². Pirapora (87 hab/km²) e Montes Claros (85 hab/km²) representam os municípios com maior população relativa.

A maior concentração populacional ocorre no município de Montes Claros, que possui 342.586 hab/km², o equivalente a, aproximadamente, 21% do total da região. Dos 89 (oitenta e nove) municípios que compõem a região, a maioria (57) possui uma população absoluta inferior a 20.000 habitantes, 10 possuem entre 20.001 e 30.000 habitantes, 5 (cinco) entre 30.001 e 40.000, sendo que apenas Bocaiúva ficou na faixa entre 40.001 e 50.000. Os municípios de São Francisco, Janaúba, Januária e Pirapora possuem entre 50.001 e 70.000 habitantes.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Estimativa do IBGE, 2006.

A distribuição da população urbana também segue um padrão semelhante, sendo que 79 cidades possuem menos de 20 mil habitantes, enquanto as maiores concentrações ocorrem em Montes Claros, Janaúba e Pirapora. Tal distribuição é mostrada no quadro 1.

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO NORTE DE MINAS POR MUNICÍPIOS E POR CIDADES - 2000

Número de municípios com população > 10.000	57	Número de cidades com população > 10.000	69
Número de municípios com população entre 10.001 – 20.000	11	Número de cidades com população entre 10.001 – 20.000	10
Número de municípios com população entre 20.001 – 30.000	10	Número de cidades com população entre 20.001 – 30.000	05
Número de municípios com população entre 30.001 – 40.000	05	Número de cidades com população entre 30.001 – 40.000	02
Número de municípios com população entre 40.001 – 50.000	01	Número de cidades com população entre 40.001 – 50.000	01
Número de municípios com população entre 50.001 – 60.000	02	Número de cidades com população entre 50.001 – 60.000	01
Número de municípios com população entre 60.001 – 70.000	02	Número de cidades com população entre 60.001 – 70.000	-
Número de municípios com população < 100.000	01	Número de cidades com população < 100.000	01
TOTAL	89		89

Fonte: IBGE, 2000

Org.: PEREIRA, Anete M., 2006

O Norte de Minas tinha, na década de 1970, tinha cerca de 27,6% de sua população vivendo nas cidades, conforme é mostrado na tabela 1. Em 2000, esse percentual atingiu 64,53%, índice bem abaixo da média brasileira que é de 81,23% (IBGE, 2000). Entretanto, a intensidade e a forma como se processou a urbanização foi diferenciada entre os municípios norte-mineiros. A taxa de urbanização foi mais elevada nos municípios que possuem um parque industrial, ainda que incipiente.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E O GRAU DE URBANIZAÇÃO

ANO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	GRAU DE
	TOTAL	URBANA	RURAL	URBANIZAÇÃO
1991	1359049	743996	615053	54,7%
2000	1492715	963205	563205	64,53%

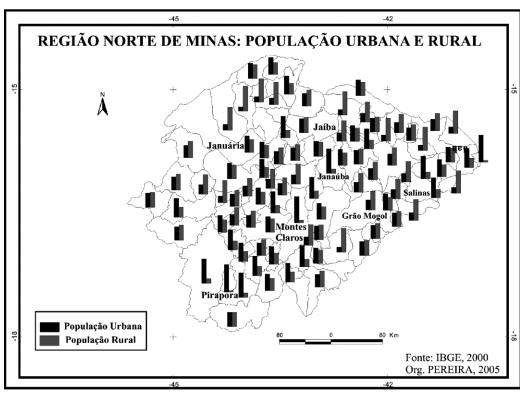
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2002

Há muita discussão em torno da questão da urbanização. Primeiro, porque a área urbana é definida no Brasil de acordo com o critério político-administrativo, sendo considerada cidade toda sede de município. Assim, toda população que reside em uma sede de município é considerada urbana, ainda que desempenhe funções rurais. Um dos principais críticos dessa definição de cidade é Veiga (2002), que considera que esse critério induz a uma superestimação da urbanização brasileira. Segundo esse autor, ao utilizar apenas esse critério corre-se o risco de considerar como cidades, aglomerados cuja funcionalidade econômica está diretamente associada à terra.

Diante do exposto, podemos constatar que o grau de urbanização não se define apenas em termos demográficos. A análise da intensidade da concentração urbana, os tipos de relações que as cidades estabelecem entre si, as atividades econômicas da população, o estágio de desenvolvimento tecnológico, os hábitos de vida, dentre outros, são elementos essenciais no estudo de uma área urbana.

O processo de urbanização no Norte de Minas foi diferenciado entre os municípios e, apenas em alguns, a população urbana superou a rural. Uma análise, ainda que superficial, dos dados do Censo de 2000 (IBGE) revela que vários municípios norte-mineiros possuem a população rural superior à população urbana. Essa significativa parcela da população regional permanece rural e subsiste da agricultura tradicional.

Essa idéia pode ser confirmada no mapa 7, o qual mostra, através da distribuição da população, que a urbanização norte-mineira tem um caráter concentrador.



Mapa 7: População urbana e rural no Norte de Minas

Uma outra questão que deve ser lembrada ao estudarmos as cidades da região, é a dependência, principalmente dos menores municípios em relação ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Carvalho (2002, p. 545) chama a atenção, ainda, para o fato de que

estes pequenos municípios, geralmente de base econômica tipicamente rural, não possuem uma massa de contribuintes, quantitativamente e qualitativamente capaz de lhes possibilitar uma receita tributária expressiva. (...) Registra-se que para a maioria dos municípios brasileiros a arrecadação do IPTU e do ISS é difícil de ser realizada, pois demanda a constituição e atualização de cadastros de contribuintes e a contratação de pessoal altamente qualificado.

Além da convivência com a seca periódica, a baixa produção econômica, as cidades norte-mineiras, independentemente do tamanho, enfrentam problemas como a falta de adequada infra-estrutura urbana, o desemprego, a migração sazonal, a política do assistencialismo, as drogas, a dificuldade de acesso (péssimas condições das estradas), a falta de saneamento, a pobreza que se amplia a cada dia, dentre outros.



Figura 1 - Residência na área urbana de Miravânia Fonte: PEREIRA, Anete Marília. 2006



Figura 2 - Moradoras da cidade de São João do Pacuí Fonte: PEREIRA, Anete Marília. 2006

As figuras 1 e 2 mostram práticas típicas do rural que são bastante comuns nas cidades do Norte de Minas. Não há como negar que a base econômica dessa região sempre esteve calcada nas atividades primárias. O estudo do IPEA/IBGE (2001, p. 59) constatou que

a economia do norte de Minas é tradicionalmente marcada pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência. Nos últimos anos, em virtude de sua inserção na área da SUDENE, a economia regional vem reestruturando-se rumo à industrialização, graças aos incentivos fiscais, muito embora sem grande dinamismo.

A busca do desenvolvimento regional por meio das políticas públicas macroeconômicas brasileiras, a exemplo da industrialização viabilizada pelos incentivos da SUDENE, implicou um padrão de desenvolvimento excludente e desigual. Podemos afirmar que a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE contribuiu para alterar a espacialidade regional. Cardoso (1996, p. 238-239) resume as inovações em sete pontos importantes: a implantação de diversos empreendimentos em vários setores produtivos regionais; a intensificação do processo de expropriação ou expulsão do homem do campo; a intensificação das atividades de reflorestamento e carvoejamento; a emergência de projetos agroindustriais e de fruticultura; a expansão das atividades de transformação, com o conseqüente aumento da representatividade econômica das áreas mais industrializadas; a relativa desconcentração das atividades terciárias e o aumento do grau de urbanização das localidades consideradas pólos ou micro-pólos regionais. Em estudo anterior afirmamos que

do ponto de vista econômico merece destaque na região as atividades ligadas ao setor primário como a silvicultura e pecuária de corte, o extrativismo vegetal, a fruticultura irrigada, notadamente nos municípios de Jaíba, Janaúba, e Pirapora. Em Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora e Várzea da Palma são desenvolvidas atividades industriais ligadas aos ramos da metalurgia, produtos alimentares, têxtil e química. Nesse setor destacam-se as áreas comercial, educacional e de transportes. No setor de serviços verifica-se a relevância de Montes Claros como cidade pólo, contando com grande dinamismo de seu comércio, transportes, estabelecimentos hospitalares e de ensino superior. (PEREIRA SOARES, 2005, p. 11.614).

Quanto ao "desenvolvimento", as desigualdades são perceptíveis quando examinamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - índice baseado em indicadores de educação, longevidade e renda -, os índices de desigualdade social, de pobreza e de exclusão.

Esses indicadores demonstram, ainda que parcialmente, a precariedade das condições sociais da população regional. O Norte de Minas apresenta um valor de 0,54, inferior ao IDHM do Nordeste brasileiro (0,548), região mais pobre do Brasil.

Apenas os municípios de Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora e Várzea da Palma apresentam um IDHM superior a 0,700. A maioria dos municípios apresenta uma média regional em torno de 0,690, índice caracterizado como médio baixo. A região possui alguns destaques negativos: os municípios de Indaiabira e Pai Pedro ocupam a 3ª e 4ª piores posições no ranking do IDHM do Estado (0,571 e 0,575, respectivamente).

No que diz respeito ao PIB per capita do ano de 2002, constatamos que, apesar de, no conjunto, ele ter apresentado-se muito baixo, os municípios de Várzea da Palma

(R\$7.844,00), Pirapora (R\$7.795,00) e Montes Claros (R\$5.270,00) possuíam os maiores valores. Com exceção de Águas Vermelhas, Bocaiúva, Buritizeiro, Divisa Alegre, Gameleiras, Jaíba, Juramento, Lassance, Nova porteirinha, Olhos D'Água, Salinas e Verdelândia, todos os demais municípios apresentaram um PIB per capita inferior a R\$3.000,00 (IBGE).

Entretanto, esse indicador não pode ser avaliado de forma isolada, pois sabemos que a riqueza produzida não é distribuída de forma igualitária entre a população. A desigualdade social permanece elevada e a renda continua concentrada nas mãos de uma minoria. Estudos mais recentes têm mostrado esse problema da desigualdade social, conforme destacado por Maciel (2005, p. 15), quando este afirma que

outro item importante que foi pesquisado no último censo  $\acute{e}$  o percentual da renda apropriada, que apontou que os 80% mais pobres da população brasileira detinham 31,94. Entre os municípios norte-mineiros, 34,40% detinham valores entre 37,50 e 45,00, o que demonstra uma significativa desigualdade em termos de distribuição de renda na região.

A condição inferior do Norte de Minas, nos padrões de desenvolvimento, é cada vez mais evidente e o grau de concentração de renda permanece alto. A crise da década de 1980, que se estendeu pelos anos de 1990, a opção pelo projeto liberal e a conseqüente desestruturação do Estado, em termos de política regional, afetaram a dinâmica de desenvolvimento do Norte de Minas, altamente dependente dos incentivos fiscais.

### Considerações finais

A análise da realidade geográfica do Norte de Minas Gerais, dada a sua complexidade, exige um estudo mais detalhado, o que não é possível fazer num artigo limitado como este. Obviamente, a realidade do Norte de Minas contém mais elementos a serem analisados do que os expostos nesse breve artigo. Podemos, todavia, inferir que ocorre o predomínio de pequenas cidades, ligadas ao ambiente rural, no qual tiveram origem. A exceção que podemos fazer diz respeito às cidades que foram objeto da política governamental de desenvolvimento e tiveram um parque industrial implantado, como é o caso de Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora, Várzea da Palma e Capitão Enéas. Entretanto, a indústria aí instalada não conseguiu gerar o desenvolvimento regional, nem romper com os laços sociais com o campo, ao contrário, gerou uma urbanização concentrada. Podemos inferir, pelas pesquisas realizadas até então, que a pobreza da população, o isolamento de alguns municípios, a inércia do poder público em atrair investimentos e a falta de empregos criam um quadro de estagnação na maior parte da região.

**Résumé:** L'article présenté a objectif proposer une réflexion sur quelques caractéristiques géographiques de la mesorregião Norde de Mines. Pour atteindre tel objectif, nous structurons le texte à partir d'un brèves discussions sur la région et les différentes formes de régionalisation de l'état de Minas Gerais. Ensuite, nous procédons caractérisation de la région sous le point de vue physique et socioeconômico, utilisant cartes, tableaux, tableaux et photographies. Partie d'une table de discussion sur la région norte-mineira, le texte essaye seulement de susciter quelques notes pour postérieur débat, en n'épuisant pas n n'épuisant pas le sujet.

Mots-clé: région - régionalisation - Norde de Mines

#### Referências

BEZZI, M. L. **Região:** Uma (re)visão historiográfica - da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

CARDOSO, J. M. A. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio M. de, RODRIGUES, Luciene (org.) **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 173-346.

CARVALHO, Ailton Mota de. Estado, descentralização e sustentabilidade dos governos locais no Brasil. **Economia, Sociedad y Territorio**, Santiago, vol. III, n. 12, p. 539-556. 2002.

Castro, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1992.

\_\_\_\_\_. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M.A. et al. (Org.).**Natureza e sociedade hoje**: uma leitura geográfica. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993, p. 56-63.

\_\_\_\_\_. "A região como problema para Milton Santos". In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. Disponível em http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm

CORRÊA, R. L. Região e organização espacial. São Paulo, Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, maio, 2001. **Anais....** Rio de Janeiro, 2001, p. 424-430.

DINIZ, A M. A e BATELLA, W. B. Regiões e regionalizações mineiras: um diálogo entre a teoria e a prática. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP Março de 2005. **Anais...** São Paulo, 2005, p. 4270-4291.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário Estatístico de Minas Gerais**, 2000 - 2001. v. 9. Belo Horizonte, 2002.

\_\_\_\_\_\_.Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. (**Relatório Síntese**). Belo Horizonte: FJP, 1975.

\_\_\_\_\_\_. Minas Gerais e suas Regiões de Planejamento: crescimento populacional e distribuição espacial. **Informativo CEI - Demografia**. Belo Horizonte, dezembro de 2002. Disponível em: <a href="http://www.fjp.gov.br">http://www.fjp.gov.br</a>.

\_\_\_\_. Produto Interno Bruto de Minas Gerais Municípios e Regiões - 2000. **Informativo CEI**. Belo Horizonte, abril de 2003. Disponível em: <a href="http://www.fjp.gov.br">http://www.fjp.gov.br</a>.

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do Nordeste Meridional** (Norte de Minas Gerais). Belo Horizonte: UFMG, 1975.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**. Niterói, ano 1, n. 1, UFF/EGE, jun. 1999, p. 15-40.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E.; e MOREIRA, R. **Brasil século XXI**: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <a href="http://www.ibge.gov.br">http://www.ibge.gov.br</a>.

\_\_\_\_\_. Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. v. 1.

IPEA. Atlas de desenvolvimento humano. 2002.

\_\_\_\_\_. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste. IPEA/IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, SEADE. Brasília, 2001. v. 5.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: EDUSP,1999.

MACIEL, A. G. et al. Perfil da mortalidade na região norte do estado de Minas Gerais no ano de 1997. In: **Unimontes Científica**, v. 7, n.1, jan./jun. 2005. p. 13-34.

MINAS GERAIS. Diário Oficial, 1973.

PEREIRA, A. M.; Soares, B. R. Montes Claros e sua região: Novas espacialidades, velhos problemas In: X Encontro de geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais**... São Paulo: USP, 2005. p. 11609 - 116251 CD-ROM.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.